



OGE 2021 - O virar da página?

No passado mês de Novembro o Executivo Angolano apresentou a sua Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2021. Após um ano de 2020 muito atípico que trouxe inúmeros desafios quer a nível económico e social, quer governativo, o Executivo Angolano prevê uma retoma da actividade económica no sector não petrolífero da economia, apontando para um crescimento de 2,1% em termos reais. O sector do oil & gas deverá voltar a contrair. No entanto, e apesar de se manter em terreno negativo, as perspectivas relativamente ao Saldo Orçamental melhoraram face ao OGE revisto para 2020, sendo esperado um Saldo Global deficitário na ordem dos 2,2% do PIB, o que representa uma melhoria face ao défice de 4% do PIB previsto pelo último OGE.

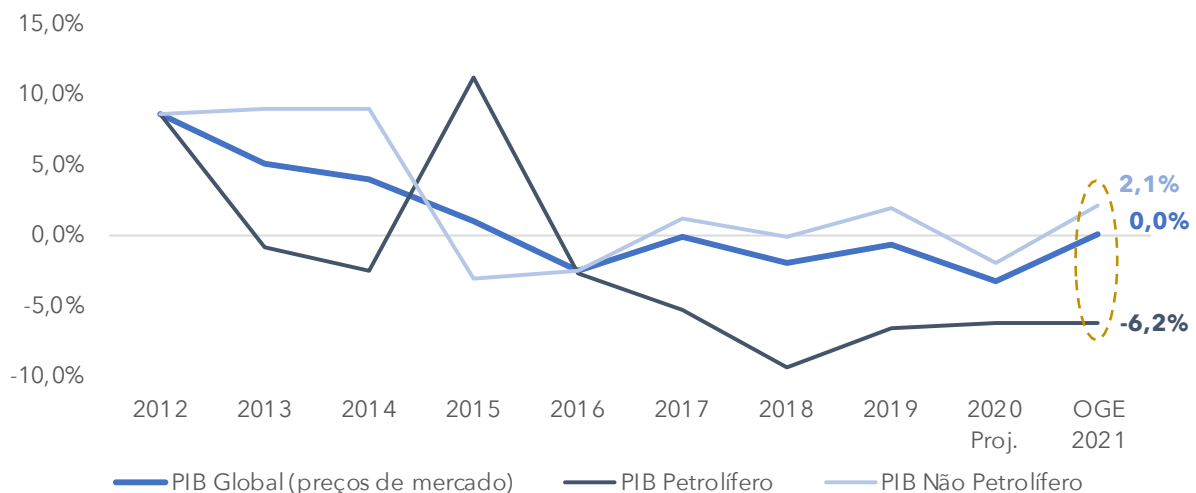
No passado mês de Novembro o Executivo Angolano apresentou a sua Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2021.

Após um ano de 2020 muito atípico que trouxe inúmeros desafios quer a nível económico e social, quer governativo, o Executivo Angolano prevê uma retoma da actividade económica no sector não petrolífero da economia, apontando para um crescimento de 2,1% em termos reais.

No entanto, é esperado que o sector petrolífero continue sob pressão, para o qual o Governo estima uma contracção de 6,2%, devido à queda estimada da produção diária, acordada entre os membros da OPEP em Abril de 2020 para conter os efeitos nefastos da pandemia da COVID-19 que assolam o sector.

A conjugação destes dois factores deverá resultar num crescimento nulo para a economia global em termos reais embora que, a confirmar-se, possa vir a representar o fim do ciclo recessivo de 5 anos consecutivos que esta vinha a registar até então.

Gráfico 1 - Evolução do crescimento do PIB (%)



Fonte: MinFin

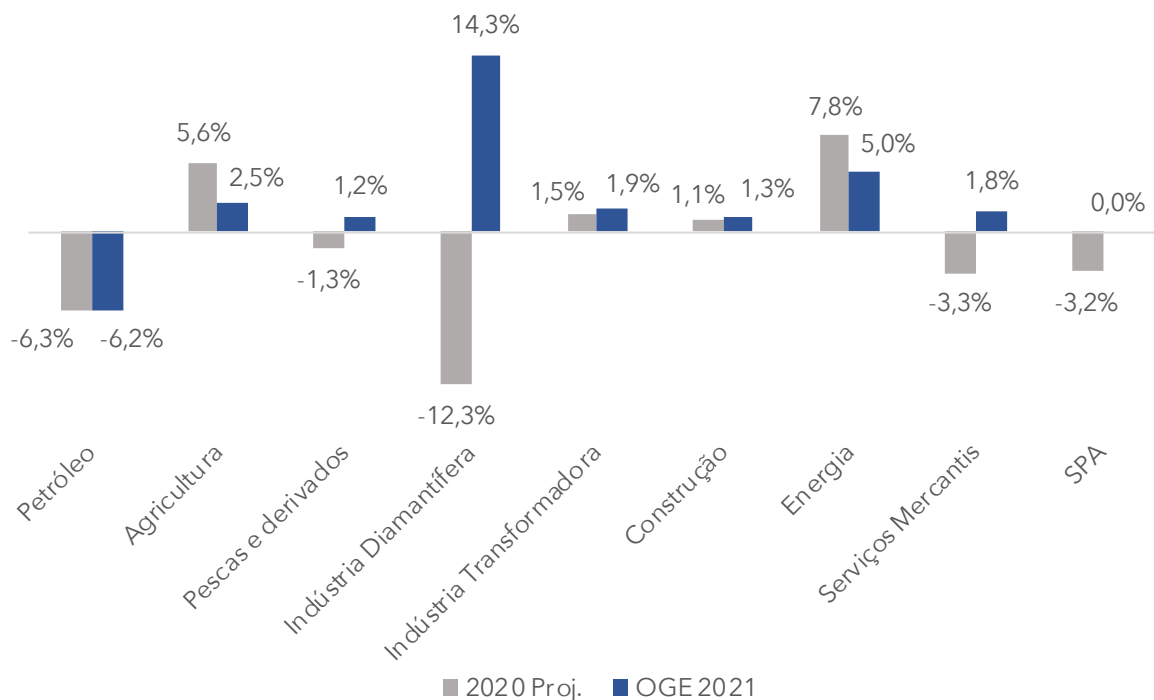
A expansão prevista para o sector não petrolífero é sustentada pela previsão de crescimento da maioria dos sectores de actividade, à excepção do Sector Público Administrativo, o qual deverá registar um crescimento nulo em 2021. Os sectores da agricultura, da construção e da energia deverão beneficiar das várias medidas criadas pelo Executivo¹ como forma de desenvolver o mercado interno em várias vertentes e criar condições para expandir a oferta de bens produzidos internamente e assim diminuir a dependência das importações, redireccionando a procura para os bens de produção local.

¹ Constantes no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

De referir ainda a importância que o Governo atribui, neste OGE, às parcerias público-privadas (PPP) como forma de transferir para a iniciativa privada alguns projectos de extrema relevância para o desenvolvimento económico e social do País, permitindo assim reduzir o peso do investimento público sem deixar cair os seus objectivos.

Adicionalmente, o Governo prevê a criação de normas reguladoras da actividade de construção de forma a permitir e facilitar o desenvolvimento da actividade privada no sector, como por exemplo a aprovação da Lei de Terras e do novo Plano Rodoviário Nacional, entre outros.

Gráfico 2 - Crescimento Económico por Sector de Actividade (%)



Fonte: MinFin

Quanto à inflação, o Executivo prevê que as medidas de estímulo ao sector não petrolífero, com o consequente aumento da produção nacional e a substituição das importações, venham a ter um impacto positivo sobre a mesma, que deverá situar-se nos 18,7% em termos homólogos, o que corresponde a uma diminuição de 6,3 pontos percentuais face ao OGE revisto para 2020. Recorde-se que é expectável que a inflação atinja os 25% no final de 2020, invertendo a tendência descendente que mantinha desde 2016. Esta repentina subida surge como resultado de vários factores, dentre eles a forte desvalorização do Kwanza e a introdução do IVA.

Ainda para efeitos de elaboração do OGE, assumiu-se uma diminuição da produção diária de petróleo de 5% relativamente à produção prevista no OGE anterior, devido aos cortes acordados pela OPEP+ para conter a queda dos preços do petróleo e à incerteza que ainda paira sobre o desem-

penho das economias mundiais na era pós Covid-19. Apesar de estar prevista uma recuperação gradual da economia mundial no decorrer do próximo ano, ainda prevalece o risco da ocorrência de novas vagas da pandemia do COVID-19, dependendo da performance das campanhas de vacinação que irão ser levadas a cabo a nível mundial.

Quanto ao preço do crude, o Executivo preferiu manter também uma postura conservadora ao definir um preço médio do barril de petróleo nos 39 USD/bbl, apesar de vários organismos internacionais projectarem um preço médio a rondar os 47 USD/bbl, prevendo uma retoma gradual da actividade económica a nível mundial.

A tabela seguinte apresenta os principais pressupostos que basearam o exercício de elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2021.

Tabela 1 - Pressupostos do OGE para 2021

Pressupostos	OGE 2020 Inicial	OGE 2020 Revisto	OGE 2021	Taxa Var. (%)
Produção Diária de Petróleo (Milhões bpd)	1 436,9	1 283,5	1 220,0	▼ -4,9%
Produção de Petróleo Anual (Mbbbl)	524,5	469,7	445,5	▼ -5,2%
Preço Médio do Petróleo (USD/bbl)	55,0	33,0	39,0	▲ 18,2%
Produção de LNG Anual (Mil BOEPD)	99,8	129,5	168,5	▲ 30,1%
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	50,9	19,0	27,0	▲ 42,1%
Produção de Diamantes (Mil Quilates)	10 175,0	8 000,0	9 141,0	▲ 14,3%
Preço Médio dos Diamantes (USD/Quilate)	162,1	103,0	184,6	▲ 79,2%
Crescimento do PIB real (%)	1,8%	-3,6%	0,0%	▲ 3,6 pp
PIB Petrolífero (%)	1,5%	-7,0%	-6,2%	▲ 0,8 pp
PIB Não Petrolífero (%)	1,9%	-2,1%	2,1%	▲ 4,2 pp
Taxa de Inflação, fim do período(%)	25,0%	25,0%	18,7%	▼ -6,3 pp
Taxa de Câmbio Média (USD/Kz)	n.d.	n.d.	n.d.	

Fonte: MinFin

O OGE para 2021, avaliado em Kz 14.785 Mil Milhões (+9,9% face ao OGE revisto para 2020), prevê uma arrecadação de receitas na ordem dos Kz 7.922 Mil Milhões, o que corresponde a um aumento de 29,3% face ao OGE revisto para 2020. O sector petrolífero deverá ser responsável por 51% das receitas totais, arrecadando cerca de Kz 4.059 Mil Milhões, o que corresponde a um aumento de 37,5% face ao projectado no OGE revisto para 2020. Este aumento justifica-se pelo preço mais alto assumido para as ramas angolanas face ao OGE anterior (+18,2%).

Por outro lado, prevê-se que as Receitas Não Petrolíferas venham a aumentar 31,5% face ao OGE revisto para 2020, fruto da expansão da actividade económica que se espera atingir por estes sectores de actividade, das alterações introduzidas recentemente na nova tabela de Imposto sobre o

Rendimento do Trabalho, e ainda dos efeitos indirectos associados à introdução do IVA, como a diminuição da economia informal.

Tabela 2 - Principais Rubricas do OGE 2021

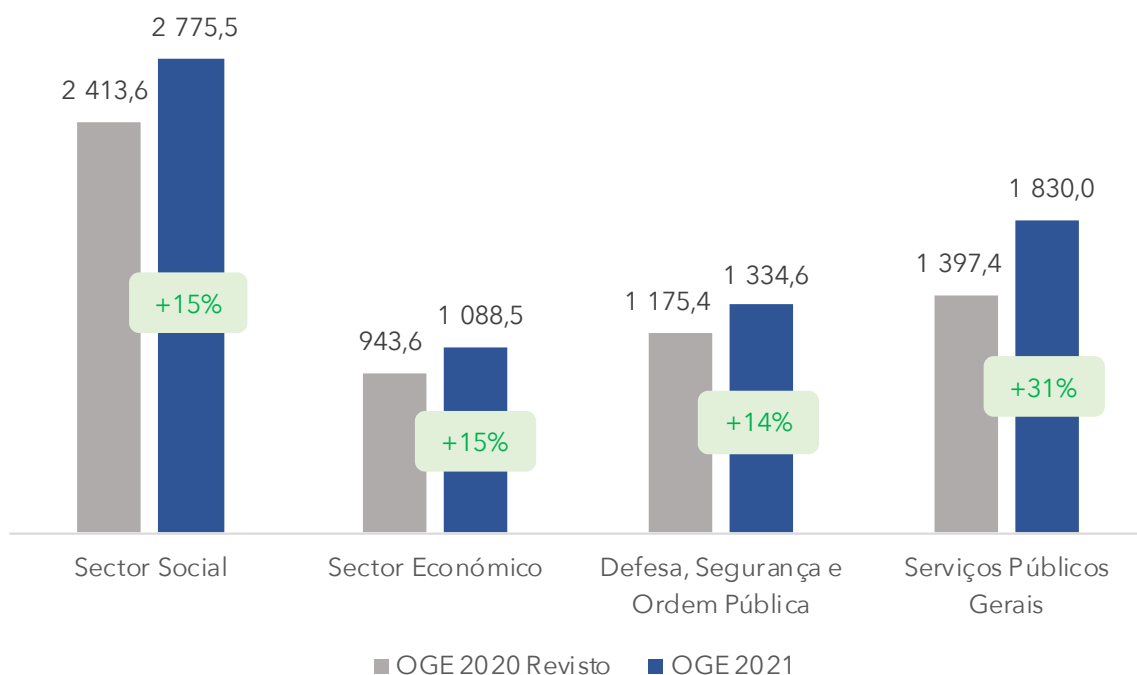
Principais Indicadores	OGE 2020 Inicial	OGE 2020 Revisto	OGE 2021	Taxa Var. (%)	% PIB
Receita Total (Kz Mil Milhões)	8 614,7	6 125,0	7 922,3	▲ 29,3%	18,9%
Receitas Petrolíferas	5 580,5	2 951,8	4 059,4	▲ 37,5%	9,7%
Receitas Não Petrolíferas	2 516,6	2 328,6	3 063,1	▲ 31,5%	7,3%
Despesa Total (Kz Mil Milhões)	8 096,2	7 392,6	8 860,6	▲ 19,9%	21,1%
Despesa Corrente	6 758,7	5 930,5	7 349,6	▲ 23,9%	17,5%
Pessoal	2 217,5	2 181,8	2 471,5	▲ 13,3%	5,9%
Bens e Serviços	1 186,7	1 028,1	1 382,1	▲ 34,4%	3,3%
Juros da Dívida	2 473,8	1 967,4	2 602,2	▲ 32,3%	6,2%
Despesa de Capital	1 337,4	1 462,2	1 511,0	▲ 3,3%	3,6%
Saldo Global (% do PIB)	1,2%	-4,0%	-2,2%	▲ 1,8 pp	-2,2%
Saldo Primário (% do PIB)	4,9%	2,2%	4,0%	▲ 1,8 pp	-4,0%
Stock da Dívida Pública (% do PIB)		123,0%			

Fonte: MinFin

Já as despesas, avaliadas em Kz 8.861 Mil Milhões, deverão aumentar em 19,9% comparativamente ao que estava previsto no Orçamento revisto para 2020, com principal enfoque nas despesas relacionadas com Bens e Serviços (+34,4% comparativamente ao OGE revisto para 2020) e com Juros da dívida (+32,3%). As despesas com pessoal também aumentam 13,3% e as despesas de capital, onde se incluem os investimentos públicos, aumentam 3,3%.

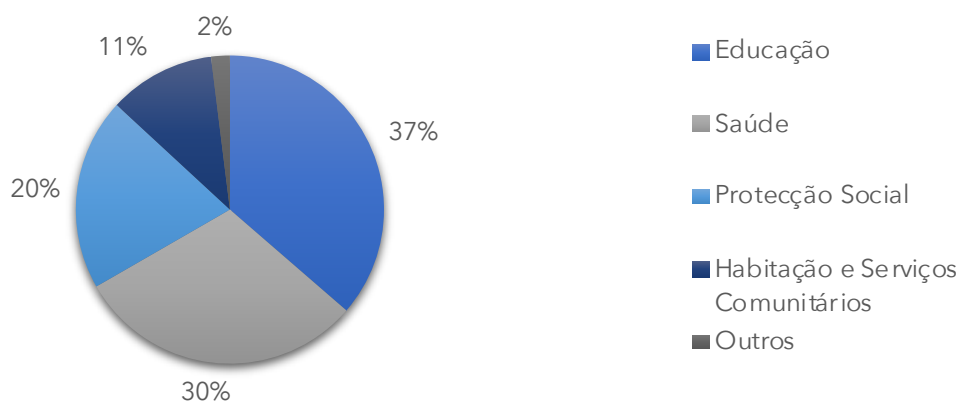
As despesas com Juros representarão 29,4% do total de despesas inscritas no OGE para 2021. A rubrica com maior peso a seguir aos Juros face ao total serão as despesas com pessoal, que irão aproximar-se dos 28% face ao total das despesas previstas.

Em termos de alocação funcional da despesa, e conforme é possível verificar através do gráfico seguinte, todas as rubricas irão beneficiar de um aumento de alocação de verbas, quando comparado com o OGE revisto para 2020.

Gráfico 3 - Distribuição Funcional da Despesa (Kz Mil Milhões)²

Fonte: MinFin

No presente OGE, o Executivo aumentará em 15% as verbas destinadas ao sector social, no qual se incluem saúde, educação, protecção social, habitação e serviços comunitários o que, no total, representará 39,5% do total da despesa fiscal primária (excluindo dívida). Neste sector, em termos de peso, destaca-se os sectores da Educação e da Saúde, com 14,4% e 12,0% do total da despesa fiscal primária, respectivamente.

Gráfico 4 - Distribuição da Despesa alocada ao Sector Social (Kz Mil Milhões)

Fonte: MinFin

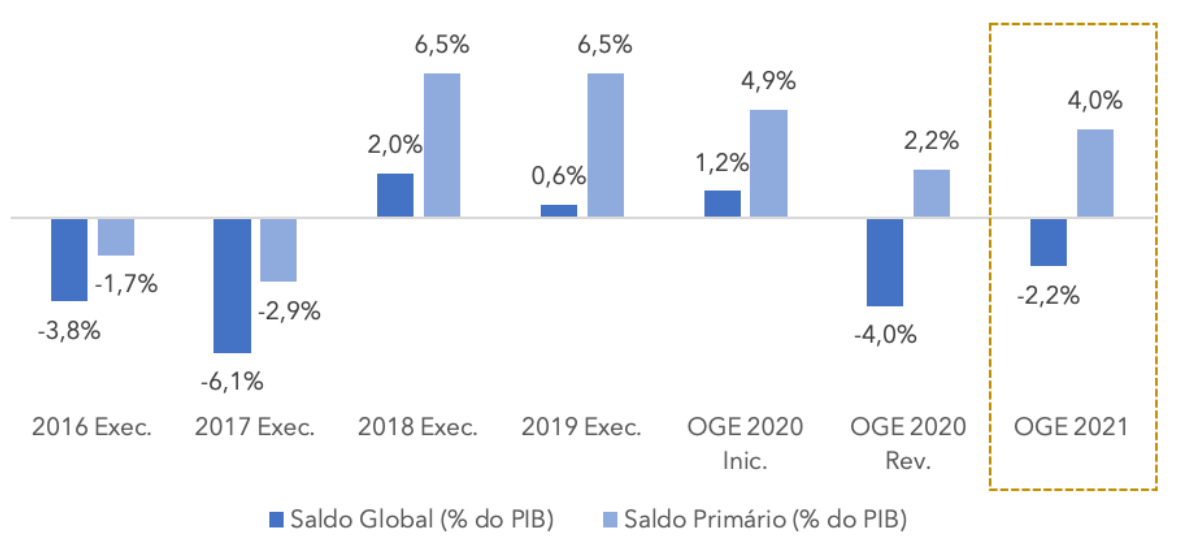
² Esta distribuição funcional exclui todo e qualquer pagamento referente à amortização de Dívida Pública.

As verbas a alocar ao sector económico irão aumentar cerca de 15,4% para os Kz 1.088 Mil Milhões (correspondendo a 15,5% do total das despesas fiscais primárias) face ao OGE revisto para 2020, tendo em conta a necessidade existente de prestar suporte a actividades económicas vitais para o desenvolvimento do País. Destacam-se os sectores da Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça (+6,3% face ao OGE revisto para 2020), Transportes (+6,1%) e Combustíveis e Energia (+31,6%). Por outro lado, alguns sectores verão as verbas atribuídas diminuir face ao último OGE, sendo que a Indústria Extractiva, Transformadora e Construção irão receber menos 14,4%, o sector da Comunicação e Tecnologias de Informação menos 9,4% e a Investigação e Desenvolvimento menos 19,3%.

Os sectores da Defesa, Segurança e Ordem Pública irão ver alocados +13,6% da despesa fiscal primária, recebendo um total de 19% da despesa fiscal primária.

Apesar de se manter em terreno negativo, as perspectivas relativamente ao Saldo Orçamental melhoraram face ao OGE revisto para 2020, sendo esperado um Saldo Global deficitário na ordem dos 2,2% do PIB, o que representa uma melhoria face ao défice de 4% do PIB previsto pelo último OGE. Excluindo os juros da dívida, prevê-se um saldo primário superavitário em cerca de 4% do PIB, o que revela a dimensão do impacto dos juros sobre as despesas fiscais.

Gráfico 5 - Evolução dos Saldos Global e Primário (em % do PIB)



Fonte: MinFin

Esta proposta de OGE para 2021 comporta necessidades brutas de financiamento no valor de Kz 6.862,8 mil milhões, o que corresponde a 16,3% do PIB, representando uma diminuição de 6,7 pontos percentuais face ao último OGE (em % do PIB). Já em termos de necessidades líquidas de financiamento, estas assumem um valor de Kz 1.706,8 mil milhões, correspondente a 4,1% do PIB. Este montante será obtido pela via da captação de financiamento, tanto no mercado interno como no mercado externo e pela venda de activos.

O financiamento por via de receitas do exercício deverá aumentar em 8,1 pontos percentuais para os 53,6% do total do orçamento (face aos 45,5% do OGE revisto para 2020), dado o aumento significativo das receitas fiscais em cerca de 29,3%. Por outro lado, estima-se uma contracção das receitas de endividamento em 12,7 pontos percentuais face ao OGE revisto para 2020 (deverá passar de 54,5% do orçamento para 41,8%). Em particular, está prevista uma diminuição de 46,1% do montante arrecadado por via de endividamento interno face ao último OGE, e um aumento de 22,5% do montante arrecadado via endividamento externo.

Quanto à receita patrimonial, estima-se um aumento significativo na ordem Kz 156 mil milhões face ao previsto no OGE revisto para 2020 através da venda de activos, o que irá contribuir em 1,1% para o financiamento do total do OGE.

Tabela 3 - Plano de Financiamento do OGE 2021

Fontes de Financiamento	% do Total			Taxa Var. (pp)	% PIB
	OGE 2020 Inicial	OGE 2020 Revisto	OGE 2021		
Receitas Correntes	53,9%	45,5%	53,6%	▲ 8,1 pp	18,9%
Impostos	50,7%	39,2%	48,2%	▲ 9,0 pp	17,0%
Petrólíferos	34,9%	21,9%	27,5%	▲ 5,6 pp	9,7%
Não Petrólíferos	15,8%	17,3%	20,7%	▲ 3,4 pp	7,3%
Contribuições Sociais	1,8%	2,1%	2,2%	▲ 0,1 pp	0,8%
Outras	1,5%	4,1%	3,2%	▼ -0,9 pp	1,1%
Receita Patrimonial	0,1%	0,0%	1,1%	▲ 1,1 pp	0,4%
Receita de Endividamento	46,0%	54,5%	41,8%	▼ -12,7 pp	14,7%
Interno	15,5%	30,2%	14,8%	▼ -15,4 pp	5,2%
Externo	30,5%	24,2%	27,0%	▲ 2,8 pp	9,5%
Reserva do Tesouro	0,0%	0,0%	3,5%	▲ 3,5 pp	1,2%

Fonte: MinFin

Apesar de se perspectivar uma recuperação gradual da economia mundial, as incertezas ainda persistem. Para além dos factores externos à economia angolana, tais como tensões geopolíticas, incertezas no desenrolar da pandemia do Covid-19 e das consequências daí decorrentes e perspectivas de desenvolvimento do mercado de oil & gas, inúmeros são os riscos internos que podem colocar em causa a boa execução do orçamento ora apresentado, tais como:

1. risco de fraco crescimento do PIB;
2. risco de depreciação da taxa de câmbio;
3. risco de baixo acesso ao financiamento externo;
4. política monetária restritiva;
5. impacto dos passivos contingentes.

Entretanto, o Executivo angolano delineou uma estratégia de mitigação dos riscos ora apresentados, contando ainda com o suporte técnico do FMI para garantir o reequilíbrio das finanças públicas e a sustentabilidade da dívida pública. Adicionalmente, a criação de programas como o PROPIV, o PAC e o PAPE poderá trazer frutos ao nível da dinamização da actividade económica e no incentivo ao sector privado para que este desempenhe um papel cada vez mais activo na expansão da actividade económica não petrolífera.

Este documento foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda.

Autor da publicação:

Ana Botão, Manager

Email: ana.botao@kbc.co.ao

Publicação completa a 10 de Dezembro de 2020, 18:00 (GMT+1)

Publicação divulgada a 14 de Dezembro de 2020, 12:00 (GMT+1)

Esta Publicação é divulgada somente pelo site da Kitambo Business Consulting.

Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KITAMBO BUSINESS CONSULTING

Esta publicação de pesquisa foi preparada pela Kitambo Business Consulting, Lda. Este é fornecido apenas para fins informativos e não deve ser considerado como uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra ou venda de instrumentos (ou seja, instrumentos financeiros aqui mencionados ou outros interesses no que diz respeito a tais instrumentos financeiros).

A publicação de pesquisa foi preparada de forma independente e exclusivamente com base em informações disponíveis publicamente que a Kitambo Business Consulting considera confiáveis. Apesar de ter sido tomado um cuidado razoável para assegurar que o seu conteúdo não é falso ou enganoso, não é feita nenhuma representação quanto à sua exactidão ou integridade sendo que a Kitambo Business Consulting não assume qualquer responsabilidade por qualquer perda directa ou consequential, incluindo, sem limitação, qualquer perda de lucros, decorrente da confiança neste relatório de pesquisa.

As opiniões aqui expressas são as opiniões dos analistas responsáveis pela elaboração da publicação de pesquisa e reflectem o seu julgamento de acordo com a data deste documento. Estas opiniões estão sujeitas a alterações e a Kitambo Business Consulting não se compromete a notificar qualquer destinatário desta publicação de tais alterações nem de quaisquer outras alterações relacionadas com as informações fornecidas aqui. A KBC não se responsabiliza por qualquer perda de qualquer pessoa com base nesta publicação.

A KBC é uma empresa de consultoria de gestão, fundada em Angola e conhecedora do mercado africano. Para mais informações visite www.kbc.co.ao